

CONTRATO ESTATAL N.º 083/2024

CONTRATO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, AMBULATORIAL, EXAMES COMPLEMENTARES E SERVIÇOS AUXILIARES, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, SEM COPARTICIPAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL E UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS.

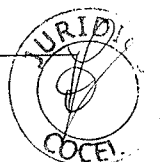
A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na Rua Rui Barbosa, 520, no Município de Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN**,

, ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS**, sediada na Avenida Affonso Penna, 297, Bairro Tarumã, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.055.772/0001-20, neste ato representada, pelo Sr. **RACHED HAJAR TRAYA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º

, ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste contrato a contratação de empresa operadora de planos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares, em todo o território nacional, sem carência, sem limite de idade, aos funcionários da COCEL, bem como a seus respectivos dependentes, com no mínimo de 2.000 (dois mil) médicos conveniados, 20 (vinte) hospitais, 20 (vinte) laboratórios e 60 clínicas em Curitiba e Região Metropolitana, sendo destes 80 (oitenta) médicos, nas seguintes especialidades (CARDIOLOGIA, GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, UROLOGIA, PEDIATRIA, CLÍNICA GERAL, ORTOPEDIA, ENDOCRINOLOGIA, OFTAMOLOGIA, DERMATOLOGIA, PSIQUIATRIA, GERIATRIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, CIRURGIÃO GERAL), 02 (dois) hospitais e 04 (quatro) laboratórios, localizados na cidade de Campo Largo, PR, e os procedimentos médicos em todas as especialidades admitidas ou que venham a ser admitidas pelo Conselho Federal de Medicina e/ou Associação Médica Brasileira ou pela Agência Nacional de Saúde - ANS, em consonância à Lei 9.656/98 de 03 de junho de 1998 e suas alterações, bem como demais legislações complementares aplicáveis, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital, para a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL**, conforme condições aqui estabelecidas e anexos.



1.2 - A prestação de serviços ora contratada, se destina ao atendimento dos funcionários da CONTRATANTE, bem como a seus dependentes legais, com o universo de aproximadamente 265 (duzentos e sessenta e cinco) beneficiários.

1.3 - As especificações da prestação do serviço constituem o objeto mínimo a ser executado pela CONTRATADA, ficando claro que essa execução não exime a CONTRATADA do emprego de outras posturas técnicas e dos materiais necessários ao pleno alcance das finalidades do presente instrumento, ainda que não descritas expressamente.

1.4 - Este Contrato é decorrente da **Licitação nº 054/2024** e da Proposta Comercial de 24/09/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos objetos, definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

2.1.1 - **Edital de Licitação n.º 054/2024**, de 29/08/2024 e respectivos Anexos;

2.1.2 - Proposta Comercial da Contratada.

2.2 - Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - Fornecer aos beneficiários da CONTRATANTE, carteiras de identificação, constando o Plano de Cobertura a que pertencem e seus respectivos nomes, cuja apresentação, acompanhada apenas de documento de identidade e autorização prévia quando necessária, assegure aos beneficiários o direito à utilização dos benefícios;

3.2 - Fornecer guia médico atualizado para cada beneficiário titular, constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas médicas, casas de saúde, centros médicos, laboratórios, institutos e outras entidades da área de saúde e serviços auxiliares, conforme o domicílio do beneficiário;

3.3 - Credenciar hospitais, médicos e serviços auxiliares, bem como cancelar tais credenciamentos, sempre com o objetivo de melhoria da qualidade de atendimento aos beneficiários, sendo facultado ao CONTRATANTE colaborar com a CONTRATADA no processo de seleção dos hospitais, médicos e serviços auxiliares, condicionando-se o referenciamento ao atendimento dos critérios preestabelecidos pela CONTRATADA, a quem caberá à decisão final quanto à possibilidade de referenciamento e quanto ao cancelamento de prestadores, em função de suas políticas de remuneração, dimensionamento de rede, entre outros aspectos.

3.4 - Manter a rede de atendimento credenciada em número igual ou superior ao apresentado nos documentos de habilitação;

3.5 - Prestar atendimento aos beneficiários fora de sua localidade de lotação, desde que estejam munidos da documentação exigida.

3.6 - Apresentar regularmente, provas pertinentes à regularidade fiscal perante a Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Secretaria da Receita Federal.

3.7 - Emitir Nota(s) Fiscal(is)/fatura de acordo com a(s) relação(ões) dos funcionários beneficiados, encaminhadas pela **CONTRATANTE**.

3.8 - Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes do cumprimento do objeto deste Contrato.

3.9 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação que o originou.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PLANOS OPCIONAIS, CARÊNCIAS, INCLUSÕES E EXCLUSÕES

4.1 - A CONTRATADA assegura aos beneficiários e dependentes do PLANO BÁSICO optarem por plano de padrão superior, de custo mais elevado (planos opcionais), no prazo de 30 (trinta dias) do início da execução do contrato e/ou da renovação, sem cumprimento de carência, e desde que esses beneficiários arquem com a diferença de custos nos mesmos percentuais estabelecidos no Edital.

4.2 - No caso de transferência de plano, fora do prazo previsto no parágrafo anterior, atendendo as condições do item 4.1 do contrato, haverá cumprimento de carência nos limites estabelecidos abaixo, sendo que nesse prazo o empregado e seus dependentes deverão estar cobertos pelo plano de cobertura anterior.

4.3 - O período de carência máxima a que ficarão sujeitos os beneficiários, posteriormente incluídos nos Planos para utilização dos serviços Contratados, será:

- I. sem carência para acidentes pessoais;
- II. 24 (vinte e quatro) horas, para emergência médica devidamente comprovada;
- III. 15 (quinze) dias, para consultas médicas, exames e tratamentos;
- IV. 180 (cento e oitenta) dias, para internações hospitalares, cirurgias, terapias, transplantes, implantes, psicoterapia de crise e exames de alta complexidade;
- V. 300 (trezentos) dias, para partos.

4.4 - Ao beneficiário que contribuir para este Plano de Assistência à Saúde, decorrente de vínculo empregatício, no caso de rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa, deverá ser assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o pagamento integral da parcela anteriormente de responsabilidade patronal, nos moldes e prazos contidos no artigo 30, Lei n.º 9.656/98.

4.4.1. A condição prevista no item 4.4 deixará de existir quando da admissão do beneficiário em novo emprego.

4.4.2 - Em caso de morte do titular, por evento coberto pelo seguro, o direito de permanência é assegurado aos dependentes cobertos pelo plano, sem custo adicional, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

4.5 - Ao aposentado que contribuir para este plano de assistência à saúde, decorrente de vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o pagamento integral do mesmo, enquadrando-se no prêmio de sua faixa, de acordo com as faixas etárias que deram origem a cotação inicial, e dentro da conformidade do artigo 31, e regulamento, da Lei n.º 9.656/98.

4.5.1. Ao aposentado que contribuir para este plano de assistência à saúde, por um período inferior ao estabelecido neste parágrafo, deverá ser assegurado o direito de manutenção como beneficiário, à razão de 01 (um) ano para cada ano de contribuição, desde que assuma o pagamento integral do mesmo;

4.5.2 - Será assegurado os mesmos direitos aos titulares aposentados que estiverem participando do plano na assinatura do contrato e tiverem seu desligamento em outra data, sendo que nesta situação o mesmo deverá fazer a solicitação de permanência no plano, num prazo máximo de até 30 dias de seu desligamento;

4.5.3. A manutenção de que trata o este parágrafo é extensiva, obrigatoriamente, a todo o grupo familiar inscrito quando da vigência do contrato de trabalho e deixará de existir quando da admissão do beneficiário em novo emprego.

4.6 - O empregado e/ou seus dependentes poderão ser excluídos do plano, nos seguintes casos:

- I. prática de infrações com o objetivo de obtenção de vantagem ilícita;
- II. prática de fraude;
- III. morte (asseguradas aos dependentes as condições do item 4.5.1);
- IV. recusa de efetuar exames ou diligências necessárias a resguardar os direitos do CONTRATANTE ou da CONTRATADA;
- V. a cessação do vínculo entre o empregado e o CONTRATANTE, salvo no disposto nos itens: 18.1, 18.4 e 18.6 do edital;
- VI. com o cancelamento do Contrato;
- VII. quando o dependente perder esta condição pela forma estabelecida pelo CONTRATANTE;
- VIII. pedido expresso do empregado.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO

5.1 - Pelos serviços prestados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores por beneficiário:

Plano 1- Atendimento ambulatorial, Hospitalar, com acomodação em enfermaria e obstetrícia:

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Até 18 anos	65	339,42	22.062,30

19 a 23 anos	10	339,42	3.394,20
24 a 28 anos	6	339,42	2.036,52
29 a 33 anos	8	339,42	2.715,36
34 a 38 anos	30	339,42	10.182,60
39 a 43 anos	29	339,42	9.843,18
44 a 48 anos	25	866,18	21.654,50
49 a 53 anos	19	866,13	16.457,42
54 a 58 anos	35	866,13	30.316,30
59 anos acima	24	1.423,78	34.170,72
TOTAL	251	#	152.833,10

Plano 2 - Atendimento ambulatorial, Hospitalar e com acomodação em apartamento privativo com obstetrícia:

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Até 18 anos	7	455,28	3.186,96
19 a 23 anos	#	455,28	0,00
24 a 28 anos	#	455,28	0,00
29 a 33 anos	#	455,28	0,00
34 a 38 anos	4	455,28	1.821,12
39 a 43 anos	3	455,28	1.365,84
44 a 48 anos	#	1.161,88	0,00
49 a 53 anos	#	1.161,88	0,00
54 a 58 anos	#	1.161,80	0,00
59 anos acima	#	2.161,30	0,00
TOTAL	14	#	6.373,92

5.2 - É vedado a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preço por faltas ou omissões que porventura venham a ser constatada em sua Proposta, com relação a imprevistos, lucros, mão-de-obra especializada, ferramentas, equipamentos necessários para a execução do objeto, Imposto Municipal ISS - Imposto Sobre Serviços, encargos fiscais, trabalhistas e sociais.

5.3 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento dos serviços será efetuado até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, e após a apresentação da nota fiscal/fatura e relatório dos beneficiários.

6.2 - Caso o CONTRATANTE não cumpra com o pagamento após 60 (sessenta) dias de atraso, cumulativos ou consecutivos no ano vigente do contrato e tendo sido comunicado no

50º (quinquagésimo) dia, o mesmo poderá ter a prestação dos serviços suspensa e ser efetuado o cancelamento do contrato.

6.3 - De acordo com o artigo 64, da Lei nº 9430, de 27.12.1996, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social - COFINS e da Contribuição para o Pis/Pasep.

6.4 - O valor da fatura será calculado mediante o produto do valor individual pelo número total de beneficiários correspondente a cada Plano.

6.5 - A COCEL reserva-se o direito de descontar do faturamento mensal os débitos da **CONTRATADA** e as multas previstas na CLÁUSULA OITAVA.

CLÁUSULA SETIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

7.1.1 - Efetuar à **CONTRATADA** o pagamento na época de sua exigibilidade.

7.1.2 - Se o pagamento for feito com atraso por culpa da COCEL, este será acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata temporis.

7.1.3 - Fornecer em tempo hábil as demais condições necessárias para a execução dos serviços pactuados;

7.1.4 - Notificar imediatamente a **CONTRATADA** sobre qualquer condição operacional anormal;

7.1.5 - Oferecer informações necessárias à **CONTRATADA**, sempre que necessário para execução dos trabalhos.

7.1.6 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste contrato, fornecendo as informações e elementos necessários ao seu fiel cumprimento.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1 - O presente contrato tem vigência de 12 meses, contados a partir de **1º de novembro de 2024**, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com fundamento no **art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL**.

8.2 - Em caso de prorrogação do prazo de execução dos serviços, o valor pela execução do objeto da presente licitação será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, tomando-se os valores e corrigindo monetariamente pelo IGPM/FGV ou outro índice que vier a substituí-lo, ou ainda, pela análise de Nota Técnica Atuarial, que demonstre a evolução dos custos e a sinistralidade, com observância de eventuais diretrizes emanadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

CLÁUSULA NONA: PENALIDADES

9.1 – O não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, garantida a previa defesa na forma da lei, sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

9.1.1 - Pela inexecução parcial do contrato, no prazo assinalado, importará na aplicação à **CONTRATADA** de multa diária na ordem de 0,2% sobre o valor dos serviços em atraso, limitada a 5% (cinco por cento).

9.1.2 - De 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato.

9.2 - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.3 - A inexecução parcial ou total do contrato, também importará à **CONTRATADA** a suspensão do direito de licitar com a **CONTRATANTE** por um período de 02 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva, bem como a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

9.4 – Será propiciada defesa à **CONTRATADA** antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

9.5 - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.6 - As sanções poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

I – por ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à COCEL, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

II - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

III - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

IV - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a COCEL em virtude de atos ilícitos praticados.

9.7 - Na aplicação das penalidades, a COCEL considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da contratada, podendo deixar de aplicá-las, em parecer motivado, se admitidas as suas justificativas.

CLÁUSULA DECIMA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 170 a 174 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- SUBCONTRATAÇÕES

11.1 - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar o objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 - A **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista ao **CONTRATADO** qualquer direito a indenização, conforme disposto no Edital, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL e na Lei nº 13.303/16, com as consequências neles previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: LEIS E REGULAMENTOS

13.1 - A **CONTRATADA** será responsável e indenizará a COCEL e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus profissionais.

13.2 - A **CONTRATADA** será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento a lei, relativos à prestação dos SERVIÇOS para cumprimento deste CONTRATO.

13.2 - Aplicam-se a este contrato as disposições: do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL; Lei nº 13.303/16; Lei nº 8.078/90; Lei nº 8.137/90; Lei nº 8.429/92; Lei Complementar nº 123/06; outras legislações quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: NOVAÇÃO

14.1 - A não utilização por parte da COCEL, de quaisquer direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

14.2 - Todos os recursos postos à disposição da COCEL neste Contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REEMBOLSO

15.1 - A **CONTRATADA** deverá praticar reembolso, nos casos previstos em Lei, ou seja, nos casos de urgência e emergência, quando não houver local credenciado disponível para atendimento no município da demanda ou nos limítrofes.

15.2 - Os reembolsos efetuados ao beneficiário deverão ser realizados dentro de 30 (trinta) dias úteis, a partir da apresentação da documentação necessária, à **CONTRATADA**, tendo como referência a tabela praticada pelo **CONTRATADA**.

15.3 - Os medicamentos utilizados durante a realização de procedimentos ambulatoriais e hospitalares cobertos, deverão ser reembolsados de acordo com o Brasíndice.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

16.1 - As partes **CONTRATANTES** dão ao presente contrato o valor global de **R\$ 159.222,00 (cento e cinquenta e nove mil, duzentos e vinte e dois reais)**, para todos os legais e jurídicos efeitos.

16.2 Os pagamentos serão efetuados pela COCEL, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculados às seguintes classificações contábeis:

Itens orçamentários						
101005020/	200006020/	251005020/	251105020/	252005020/	253005020/	351005020/
351105020/	352005020/	352105020/	353005020/	105005020/	354005020/	401005020/
451005020/	452005020/	453005020/	453105020/	453205020/	250005020/	801005020/
106005020/ 104005020/ 100019050.						

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se a cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável ("Dados Pessoais") vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD"), Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 ("Marco Civil da Internet"), Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), Lei Complementar nº 166, de 08 de abril de 2019 ("Lei do Cadastro Positivo") e Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 ("Lei de Acesso à Informação"), conforme aplicável;

17.1.1 - Além destas obrigações, a **CONTRATADA** também deverá:

I - Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais pela **COCEL**;

II - Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a COCEL em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais;

III - Garantir que qualquer atividade realizada que utilize Dados Pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração ("Tratamento") resultante do objeto do presente Contrato, bem como o uso e marketing de tais dados, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política LGPD, visando conformidade com a legislação brasileira e internacional de proteção de dados pessoais;

IV - Não realizar qualquer Tratamento de Dados Pessoais, resultantes da execução do Contrato, sem enquadramento em uma das bases legais estipuladas no art. 7º da LGPD;

V - Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais;

VI - Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente Contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;

VII - Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais;

VIII - A CONTRATADA não poderá subcontratar nenhuma das suas atividades de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do presente Contrato, sem o prévio e expresso consentimento da **COCEL**. Havendo subcontratação, a **CONTRATADA** deverá celebrar contrato por escrito com a subcontratada contendo as mesmas obrigações no que se refere à Proteção de Dados Pessoais dispostas no presente Contrato. Em caso de descumprimento pela subcontratada das obrigações em matéria de Proteção de Dados Pessoais que lhe incumbem nos termos do referido contrato por escrito, a **CONTRATADA** continua a ser plenamente responsável perante a **CONTRATANTE** pelo cumprimento destas obrigações;

IX - Comunicar a **COCEL** imediatamente e em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas em caso de incidentes e/ou vazamentos envolvendo dados resultantes do tratamento de Dados Pessoais obtidos para a execução do presente Contrato.

17.2 - A **COCEL** e a **CONTRATADA** desde já pactuam que o descumprimento por uma das Partes, de qualquer Legislação de Proteção de Dados Pessoais, das políticas da **COCEL** ou das provisões contidas nesta cláusula gerará obrigação da Parte culpada em indenizar, defender e manter isento(a)(s) a(s) outra(s) Parte(s) e suas entidades afiliadas, conselheiros, diretores, executivos e empregados de todas as responsabilidades, perdas, os danos, prejuízos, custos, despesas, ações, processos, demandas, multas e penalidades decorrentes do descumprimento, por uma das Partes, de suas obrigações, declarações e garantias previstas nesta Cláusula, sendo que nenhuma limitação de responsabilidade eventualmente acordada neste Contrato será aplicada para as indenizações por descumprimento das obrigações desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA ÉTICA E INTEGRIDADE

18.1 - A **CONTRATADA** deverá observar, durante a vigência do presente contrato, o disposto na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

18.2 - A **CONTRATADA** deverá conhecer os princípios éticos e compromissos definidos no Código de Conduta da **COCEL** - disponível em seu sítio eletrônico (<http://transparencia.cocel.com.br/codigo-de-conduta-etica/>). Dessa forma, não caberá à **CONTRATADA** quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei 12.846/2013.

18.3 - A **CONTRATADA**, sem excluir o dever da **COCEL**, está obrigada a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.

18.4 - A **CONTRATADA** se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio do Canal de Denúncias da **COCEL**, por telefone ou pelo e-mail:

a) 0800 726 2212

b) ouvidoria@cocel.com.br

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: GESTOR DO CONTRATO

19.1 - Para efeitos deste Contrato, a **CONTRATANTE** designa como gestor a Divisão de Recursos Humanos, **Sra. Annelize Karyne Coelho Mazul**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: FORO

20.1 - Para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campo Largo – PR, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CONTRATO na data abaixo indicada, em 02 (duas) vias, e rubricam os demais documentos de Contrato, os quais foram lidos, achados conforme e aceitos, na presença das testemunhas que também o assinam.

Campo Largo, 08 de outubro de 2024.

JOSE ARLINDO LEMOS

CHEMIN: _____

Assinado de forma digital por

JOSE ARLINDO LEMOS

CHEMIN

Dados: 2024.10.23 18:07:45 -03'00'

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

José Arlindo Lemos Chemin – Diretor Presidente

UNIMED CURITIBA – SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS

Rached Hajar Traya

TESTEMUNHAS:

ANA LAURA

LAGNER _____

Assinado de forma digital por ANA LAURA LAGNER

Dados: 2024.10.23 08:59:50 -03'00'

Nome: _____

Nome: _____

GESTOR DO CONTRATO:

ANNELIZE KARYNE

COELHO

MAZUL _____

Assinado de forma digital por ANNELIZE KARYNE COELHO MAZUL

Dados: 2024.10.25 08:25:59 -03'00'

Annelize Karyne Coelho Mazul



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)

Certificado de assinatura gerado em 23/10/2024 às 10:18:17 (GMT -3:00)

130796 - COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA COCEL - CONTRATO

ID única do documento: #c75d4e1e-aa2e-49bd-aa1d-0a19e411872b

Hash do documento original (SHA256): 07EE9CF9374D46B197523D6E4F250F7527CC811CB078FAC883BF3C7A6B9E64D

Este log é exclusivo do documento número #c75d4e1e-aa2e-49bd-aa1d-0a19e411872b e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos termos de uso.

Assinaturas (2)

- ✓ **RACHED HAJAR TRAYA (Contratada)**
Assinou em 22/10/2024 às 11:23:54 (GMT -3:00)
- ✓ **WANDERLEY SILVA (Testemunha 1)**
Assinou em 23/10/2024 às 10:18:17 (GMT -3:00)

Histórico completo

Data e hora	Evento
23/10/2024 às 14:06:17 (GMT -3:00)	Renata Inajara dos Santos solicitou as assinaturas.
22/10/2024 às 11:23:54 (GMT -3:00)	RACHED HAJAR TRAYA (CPF 553.178.209-87; E-mail [REDACTED] IP 200.150.104.26), assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br . Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2º.
23/10/2024 às 10:18:17 (GMT -3:00)	WANDERLEY SILVA (CPF 614.256.056-72; E-mail [REDACTED] IP 200.150.104.26), assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br . Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2º.



Data e hora

23/10/2024 às 10:10:17
(GMT-3:00)

Evento

Documento assinado por todos os participantes.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO – PARANÁ

Lei nº 2698/2015.

SEGUNDA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2024. ANO: XVI EDIÇÃO Nº: 2813 - 80 Pág(s)

EXTRATOS DE CONTRATOS, ADITIVOS, COMPROMETIMENTOS ORÇAMENTÁRIOS E ORDENS DE COMPRA OUTUBRO/2024

CONTRATO ESTATAL N.º 083/2024

ORIGEM: Licitação nº 054/2024.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADA: UNIMED CURITIBA – SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS., CNPJ/MF sob nº 75.055.772/0001-20.

OBJETO: Contratação de empresa para assistência médico-hospitalar, ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares, em todo o território nacional, sem coparticipação.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir de 1º de novembro de 2024.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: R\$ 159.222,00 (cento e cinquenta e nove mil, duzentos e vinte e dois reais), valor global estimado, sendo que o pagamento será realizado até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, e após a apresentação da nota fiscal/fatura e relatório dos beneficiários.

FUNDAMENTO LEGAL: Regulamento Interno de Licitações e Contratos – COCEL.

DATA DE ASSINATURA: 08 de outubro de 2024.

CONTRATO ESTATAL N.º 084/2024

ORIGEM: Licitação nº 056/2024.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADA: LINCE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ/MF sob nº 50.405.007/0001-61.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção corretiva, preventiva, periódica e pequenas reformas, sob demanda, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, em prédios da COCEL, com base na tabela vigente do SINAPI.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), valor global estimado, sendo que o pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias da emissão e entrega da Nota Fiscal, desde que os serviços executados tenham sido vistoriados e aceitos pela inspeção da CONTRATANTE.

FUNDAMENTO LEGAL: Regulamento Interno de Licitações e Contratos – COCEL.

DATA DE ASSINATURA: 09 de outubro de 2024.

